

## CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>

Jaqueline Tamiê das Dôres Momonuki Carvalhais  
(Universidade Estadual de Goiás)

Em seu texto *O que quer, o que pode esta língua?: teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social*, Maria do Rosário Gregolin (2007), pesquisadora da área da linguística, procura mostrar as contribuições das teorias linguísticas na forma de ensinar a língua portuguesa no Brasil e sua relevância social. Para isso, Gregolin evidencia as transformações pelas quais a concepção de língua passa, a partir do avanço dos estudos da linguística ao longo da história, e ressalta como essas concepções de língua e as teorias emergentes dos estudos linguísticos foram aplicadas na prática e modificaram o ensino de língua portuguesa no Brasil.

A pesquisadora parte do princípio de que, para entender a forma como se ensina a língua portuguesa hoje, baseada nas propostas discursivas, é necessário retornar à concepção de língua que está na base das metodologias de ensino de língua portuguesa do século XIX, antes da introdução dos estudos da linguística no Brasil, e percorrer a história até os dias atuais. Com isso, procura evidenciar os momentos decisivos em que importantes teorias linguísticas determinaram novas concepções sobre a língua e, conseqüentemente, chegaram ao cenário escolar através de documentos oficiais, como: os “Guias curriculares” e os “PCN”, que norteiam a prática pedagógica.

Em seu percurso pela história, Gregolin inicia sua exposição mostrando que, entre a segunda metade do século XIX até os dias atuais, a introdução dos estudos da linguística no Brasil, na década de 1960, é um divisor de águas quando pensamos sobre as concepções de língua desses períodos.

De acordo com a estudiosa, na segunda metade do século XIX, quando se buscava “definir” a identidade brasileira reforçando os laços entre Brasil e Portugal, reinava a concepção homogênea da língua portuguesa, que via na literatura de tradição e de influência lusitana o modelo “correto” da língua. Então, ensinar a língua portuguesa no Brasil, naquele

---

<sup>1</sup> Resenha crítica do texto: GREGOLIN, M. R. V. O que quer, o que pode esta língua: teoria linguística, ensino de língua e relevância social. In \_\_\_\_\_: CORREA, D. A. (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 52-77, apresentada à disciplina *Introdução aos Estudos da Linguagem*, ministrada pela Profa. Dra. Fernanda Fernandes Pimenta de A. Lima, no Curso de Especialização em Língua(gem), Cultura e Ensino, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Câmpus Inhumas).

momento, seria ensinar o conjunto de regras gramaticais do português presente na literatura, desconsiderando tudo que era diferente disso, ou seja, desconsiderando toda a herança linguística herdada dos indígenas, dos africanos e a língua geral.

Em sua retrospectiva histórica, Gregolin menciona que na década de 1960, quando o Brasil vivia a ditadura militar, alguns fatores colaboraram para a mudança da concepção de língua. O primeiro a ser mencionado foi a chamada “democratização da educação”, que promoveu a ampliação das escolas públicas. A partir daquele momento, as escolas deixaram de ser frequentadas apenas pelas crianças da classe privilegiada, as quais passaram a conviver com crianças de outras classes. Essa mudança trouxe para o espaço da sala de aula as variedades linguísticas tão desprezadas pela gramática prescritiva. O segundo fator importante a ser mencionado por Gregolin foi a introdução da disciplina Linguística nos cursos de Letras das universidades brasileiras, o que instaurou um embate, a nível acadêmico, entre a visão prescritiva da língua, defendida pela gramática normativa, e as teorias descritivas da língua, trazidas pela linguística.

Maria do Rosário Gregolin afirma que as grandes reflexões sobre a concepção de língua começaram realmente a ocorrer na década de 1980, com a abertura política e o fim da ditadura militar. Mesmo assim, já na década de 1960, quando o Brasil vivia a expansão dos meios de comunicação em massa, os Guias curriculares já começaram a receber influência dos estudos referentes à linguagem, propondo o ensino de língua portuguesa, mesclando a gramática normativa com ideias vulgarizadas da teoria da comunicação, proposta pelo funcionalista Jakobson.

Em 1980, as contribuições da sociolinguística e da linguística textual promoveram uma significativa e irreversível mudança na concepção de língua e no rumo do ensino de língua portuguesa. A partir desse momento, a ideia de homogeneidade da língua é lançada por terra diante do questionamento da sociolinguística sobre as variedades linguísticas. Além disso, a linguística textual traz o texto para o centro do ensino e, assim, o ensino de língua portuguesa deixa de ser o estudo do conjunto abstrato de regras da gramática normativa, passando a ser o estudo da língua em sua materialidade viva de expressão, o texto. Como consequência disso, aprender a língua, segundo Gregolin (2007, p. 68), passa a significar “tornar-se leitor e produtor de textos, saber utilizar a linguagem nas diferentes situações da vida social”.

Outro momento decisivo na trajetória da transformação das concepções de ensino de língua portuguesa ocorre, de acordo com a autora, na década de 1990 quando as ideias da

linguística da enunciação e do sociointeracionismo são utilizadas para a elaboração da proposta dos PCN. Assim, “a ideia de que os textos são produzidos por interlocutores situados histórica e socialmente, de que os discursos veiculam os valores, as ideologias de uma sociedade” (2007, p. 69) passa a ser utilizada para tratar a heterogeneidade da língua e seus usos.

Lendo o texto de Gregolin, é possível entender que propor, no Brasil, um ensino de língua portuguesa pautado na teoria discursiva, admitindo que a língua é produzida por um sujeito situado histórica e socialmente e que é atravessado por uma ideologia, é promover um ensino que busca a cidadania. Afinal, nesta perspectiva, admitimos a heterogeneidade da língua ao perceber a existência das variedades linguísticas e da alteridade como parte constitutiva dos discursos dos sujeitos. Assim, buscamos respeitá-las, o que implica empreender um ensino de línguas livre de preconceitos linguísticos. Além disso, é possível entender que o ensino de língua portuguesa nessa perspectiva é reflexivo, pois a partir dele o aprendiz pode ultrapassar a camada superficial dos textos e penetrar na camada mais profunda e “invisível” deles, ao ser levado a refletir sobre as condições históricas e sociais que determinaram sua produção. Ainda é possível entender que estudar a língua portuguesa nesta perspectiva é tentar conhecer o sujeito que a produz, ou seja, é tentar conhecer e delinear a identidade do brasileiro, uma vez que a identidade é expressa na linguagem do sujeito.

Após a leitura do breve panorama histórico realizado por Gregolin e uma reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na atualidade, é impossível questionar o considerado salto que os estudos linguísticos promoveram no nosso conhecimento sobre a língua e na maneira de ensiná-la. A partir da linguística, superamos o modelo de língua homogênea, aquele que elege uma variedade da língua portuguesa como padrão, desprezando as demais. Nessa escolha da língua padrão, ainda foi desconsiderado do processo de materialização da língua a fala e o sujeito, o que carrega uma identidade, uma história, uma cultura. Foram as reflexões linguísticas que trouxeram para a cena do ensino de língua as variedades linguísticas, o sujeito, com o seu caráter histórico, social e ideológico. Dessa forma, é impossível negar a relevância da linguística na busca por conhecimento e no direcionamento do processo de ensino de qualquer língua.

Porém, apesar da teoria do discurso estar atualmente, na base dos PCN, isso não significa que ela tem realmente sido colocada em prática na sala de aula. Na verdade, a introdução da linguística no Brasil é recente e a transição da concepção de língua homogênea

da gramática normativa para a concepção discursiva da língua, segundo Gregolin, não vai acontecer de um dia para o outro.

De fato a autora menciona o descompasso entre a teoria produzida na universidade e sua aplicação na sala de aula. Um dos motivos que resulta nesse descompasso é o desconhecimento dos professores de língua portuguesa das teorias presentes nos documentos oficiais da educação, os Guias curriculares e os PCN.

O desconhecimento dessas teorias pode causar possíveis resistências com relação às novas teorias e, além disso, ele também pode gerar equívocos, como o que ocorreu no período da expansão das ideias da sociolinguística com a demonização da gramática normativa. Dessa forma, nós, professores de língua portuguesa, não podemos deixar de nos atualizarmos em relação às novas teorias. Devemos adotar a postura de professor reflexivo que repensa sua prática e que está em constante processo de formação. Só assim, poderemos diminuir as distâncias entre a teoria e prática.

#### REFERÊNCIA

GREGOLIN, M. R. V. O que quer, o que pode esta língua: teoria linguística, ensino de língua e relevância social. In \_\_\_\_\_: CORREA, D. A. (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 52-77.